

ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA COROA VERMELHA

No dia 03 de março de 2026 foi realizada a quinta reunião ordinária do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental (APA) Coroa Vermelha, conforme a lista de presença anexada. Às 14h17min, no Hotel Areia do Atlântico, iniciou-se a reunião com a apresentação da Sra. Sandra, Gestora da APA, agradecendo pela presença de todos. Foi realizada uma rodada de apresentação dos demais participantes presentes (conselheiros e convidados). Em seguida a gestora fez uma apresentação inicial sobre a localização da Unidade de Conservação e a importância desta. Seguindo para a explanação da pauta da reunião, conforme constava na convocatória: 1) Cronograma das próximas reuniões; 2) Informes da Oficina Tira-Dúvidas com o Escritório de Projetos (UESC), em atenção ao Edital CAR / Projeto Bahia que Produz e Alimenta nº 005/2025; 3) Apresentação do Planejamento Espacial Marinho do Nordeste e ações no Estado da Bahia, com o Prof. Alexandre Schiavetti da Coordenação do PEM Nordeste; 4) Apresentação do Projeto Coleta Seletiva - Pontos de Entrega Voluntária, com o Sr. Artur Padilha dos Santos; 5) O que ocorrer. A Sra. Sandra trouxe como proposta as datas para as próximas reuniões ficando acordado os dias: 02 de junho, 04 de agosto e 03 de novembro. A Sra. Indara, Secretária de Meio Ambiente de Santa Cruz Cabralia, propôs uma reunião conjunta com os demais conselhos do município em junho, mantendo a data proposta por Sandra de 02 de junho ou alterando para 03 de junho. Em resposta, a Sra. Sandra deixou a decisão para o conselho se seria viável a reunião conjunta com os demais conselhos do município. Não houve nenhuma manifestação por parte dos conselheiros. Após, a Sra. Sandra mostrou imagens da Oficina Tira-dúvidas, ocorrida no dia 27/01/2026, promovida com o apoio do Escritório de Projetos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em atenção ao Edital CAR / Projeto Bahia que Produz e Alimenta nº 005/2025, junto às representações indígenas da região da APA. O encontro ocorreu na parte da tarde, no Escritório Comunitário do Cacique Louro Pataxó na Aldeia Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia/BA. Em seguida, deu-se a palavra para o Prof. Alexandre da UESC, que fez apresentação sobre o Planejamento Especial Marinho do Nordeste – PEM Nordeste. O mesmo explicou o que é o Planejamento, como funciona e o que se pretende com ele. Ao final da apresentação foi feito o convite para participação da Oficina que ocorreria no dia 16 de março no IFBA, em Porto Seguro. Seguindo a pauta, o Sr. Arthur Padilha, conselheiro da APA, fez a apresentação do Projeto de coleta seletiva que foi aplicado em Itapetinga e trouxe a proposta com a possibilidade de ser replicada em Santa Cruz Cabralia. Após essa apresentação, a Sra. Indara falou sobre os trâmites necessários e as dificuldades relacionadas à efetivação da coleta seletiva no município. A conselheira, Sra. Heloísa destacou a existência de dois pontos de coleta seletiva que já existem no município, que inclusive pertencem a

41 conselheiros da APA, sendo eles os empreendimentos La Torre e Restaurante
42 Recanto do Sossego. Terminadas as falas sobre o projeto de coleta seletiva, a Sra.
43 Sandra abriu sobre a questão do empreendimento Brisas do Mutari, que está se
44 implantando no município, em área de restinga, causando descontentamento da
45 população. Este local era utilizado pela Marinha para seus treinamentos. Sendo
46 assim, foi dada a palavra ao representante da Marinha, Sr. Jhonatan Joaquim Alves
47 da Silva, que informou que receberam uma denúncia por ofício. O mesmo
48 esclareceu que a área que eles utilizavam é uma área pública e de controle
49 municipal, e que antes da implantação desse empreendimento, eles já não a
50 estavam mais utilizando. O conselheiro, Cacique Louro, falou sobre o histórico da
51 área informando que esta não só foi utilizada pela Marinha, mas também foi local
52 utilizado por muitas embarcações e que eles todos foram pegos de surpresa, pois
53 não foram procurados sobre a implantação do empreendimento. Ele, assim como
54 os demais, demonstrou preocupação, pois o local se trata de área de desova de
55 tartarugas marinhas. Os demais conselheiros falaram que o empreendimento já
56 está em obra. A conselheira Sra. Laura, representante do IPHAN, falou que o projeto
57 havia sido aprovado em 2023 com validade de 02 anos. Foi solicitada a renovação
58 e atualmente está em análise. Porém, estava aguardando a entrega de dois
59 documentos, autorização da SPU e “validação” da Licença ambiental municipal. A
60 secretária de Meio Ambiente de Santa Cruz Cabralia, a Sra. Indara Mel Mendes,
61 esclareceu sobre as placas que estão no empreendimento, trazendo histórico do
62 primeiro parecer que foi favorável n. 20/2023 feito pelo procurador geral do
63 município, tendo licença em 20 de junho de 2023. A licença de instalação n.
64 19/2024 teve o prazo de validade de dois anos. Em março de 2025, foi emitida
65 Notificação suspendendo a licença vigente. Em seguida, foi aberta uma ação civil
66 pública que está em trâmite na Justiça Federal e em 15 de julho de 2025 houve uma
67 audiência na Justiça Federal onde houve uma adequação do procedimento
68 trazendo a legalidade do empreendimento e revogando a notificação que
69 suspendeu a licença. Dessa forma, a licença municipal para implantação do
70 empreendimento Brisas do Mutari se encontra vigente. A Sra. Ana Paula Almeida da
71 Silva, presidente da Associação da Praia dos Lençóis e Entorno - APLE, falou sobre
72 a indignação da comunidade local em relação à implantação desse
73 empreendimento na área. Informou que este empreendimento imobiliário que está
74 se instalando na orla marítima, área caracterizada por vegetação de restinga,
75 dinâmica costeira sensível e mar aberto, reconhecidamente revolto, com histórico
76 de ressacas, forte ação das marés, grande profundidade e recorrentes ocorrências
77 de risco a banhistas, inclusive com registros de óbitos, sobretudo envolvendo
78 turistas que desconhecem as peculiaridades da região. Alegou que a retirada da
79 restinga, que exerce função essencial como barreira natural contra erosão, avanço
80 do mar e impactos das marés, trará consequências não apenas pontuais, mas
81 progressivas, atingindo diretamente os bairros situados à frente da orla. A Sra. Ana

82 Paula informou, ainda, que levou esta denúncia ao Ministério Público, Marinha e
83 outros órgãos buscando apoio, tendo em vista os impactos ambientais, urbanos e
84 de segurança marítima envolvida. O representante da SPU, Sr. Edvan Santana Alves,
85 disse que recebeu a denúncia citada no fim de semana, porém, estava em viagem
86 e não teve tempo de saber sobre a legalidade do empreendimento perante a SPU.
87 O mesmo sugeriu a elaboração de documento formal da APA e o encaminhando
88 deste para a SPU, relatando a situação exposta na reunião do Conselho,
89 especialmente, às preocupações da comunidade local em relação à instalação
90 desse empreendimento. Ficou acordado de ser encaminhada a presente ATA aos
91 órgãos competentes, para formalização de solicitação de averiguação do caso.
92 Ressalta-se que foi esclarecido que o empreendimento em questão encontra-se
93 fora do perímetro da APA Coroa Vermelha. Nada mais havendo a tratar, a Sra.
94 Sandra agradeceu pela presença e a participação dos conselheiros e convidados.
95 A reunião foi encerrada às 16h53min, sendo lavrada a presente ATA, que após
96 encaminhada aos conselheiros e acolhida as sugestões de alterações, foi aprovada
97 em 02/04/2026.